

TRABALHO E EMPREGO EM PRESIDENTE PRUDENTE: SUBSÍDIOS PARA A COMPREENSÃO DA DINÂMICA REGIONAL ATRAVÉS DA EVOLUÇÃO E DA DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO¹

Nildo Aparecido de MELO²

RESUMO : A crise que recai sobre o mundo do trabalho deve ser entendida no contexto de um processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo, expresso na globalização econômica e financeira, na implementação de políticas neoliberais e no advento da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, com consequências sobre a organização do trabalho na produção e no redimensionamento do processo produtivo. A inserção do Brasil nesse conjunto de transformações reestruturantes é passiva e subordinada aos interesses dos organismos internacionais e dos países desenvolvidos, tendo como consequência a desestruturação do mercado de trabalho nacional, com a elevação das taxas de desemprego, a informalidade do mundo do trabalho e a deterioração/precarização das condições e relações de trabalho. A análise aprofundada da dinâmica e da evolução do mercado de trabalho formal e das relações de trabalho em Presidente Prudente torna-se condição *sine que non* para a compreensão dos impactos dessas transformações estruturais do capitalismo contemporâneo sobre o mercado de trabalho formal na respectiva economia local.

Palavras-chave: fordismo; trabalho; emprego; desemprego; informalização.

RESUMEN : La crisis que aflige el mundo del trabajo debe ser entendida en el contexto de un proceso de reestructuración del capitalismo contemporáneo se expresa en la globalización económica y financiera, la aplicación de la políticas neoliberales e la llegada de la Tercera Revolución Industrial e la Tecnología, con consecuencias sobre la organización del trabajo en la producción y la ampliación del proceso de producción. La inserción de Brasil en este conjunto de transformaciones reestruturantes es pasivo y subordinado a los intereses de las organizaciones internacionales y países desarrollados, resulta en la desestructuración del mercado laboral nacional, con el aumento del desempleo, la informalidad en el trabajo y la deterioración/precarización de las relaciones y condiciones de trabajo. El análisis de la dinámica y la evolución de mercado formal del trabajo y las relaciones laborales en Presidente Prudente es una condición *sine que non* para la comprensión de los impactos de estas transformaciones estructurales del capitalismo contemporáneo en el mercado de trabajo en la economía local.

Palabras-Clave: fordismo; trabajo; empleo; desempleo; informalidad.

ABSTRACT: The crisis that falls again on the world of work must be understood in the context of a process of restructuring of contemporary capitalism, expressed in economic globalization and financial, on the implementation of neoliberal politics and the advent of the Third Industrial Revolution and technology, with consequences on the organization the work in production and resizing of the production process. The inclusion of Brazil in that set of transformations of reorganizations is passive and subordinate to the interests of international organizations and developed countries, and as a result the destruction of the national labor market, with the increase in unemployment rates, the informality of the world of work and deterioration / insecurity of the conditions and working relations. A deepened analysis of the dynamics and evolution of the labor market formal Presidente Prudente, it is that condition *sine non* for the understanding of the impact of these structural changes of contemporary capitalism on the labor market formal in their local economic.

Keywords: Fordism; Work; Employment; Unemployment; No Formalize.

1. Introdução

As transformações e a crise do mundo do trabalho neste início de século XXI devem ser entendidas no contexto da crise do fordismo do início da década de 1970 e do consequente processo de reestruturação do capitalismo desencadeado a partir daí, expresso na globalização/mundialização econômica e financeira, na

¹ Artigo resultante de pesquisa sobre a Evolução e a dinâmica do mercado de trabalho formal e das relações de trabalho em Presidente Prudente (Dissertação de mestrado).

² Aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente-SP nildomelo@itelefonica.com.br

hegemonia das políticas neoliberais (capitaneadas e conformadas pelo FMI e pelo Banco Mundial) e no advento da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, permeada pela automação da produção e pelas tecnologias da informação, com consequências sobre a organização do trabalho na produção e no mundo do trabalho e no redimensionamento do processo produtivo.

O Brasil se insere de forma passiva e subordinada nesse conjunto de transformações reestruturantes, articuladas aos interesses dos organismos internacionais e dos países desenvolvidos (através da adoção do receituário neoliberal na economia nacional, representado pela abertura comercial e financeira indiscriminada, pela estabilização monetária e pelas reformas estruturais), tendo como resultado a desestruturação do mercado de trabalho nacional (que passava por um processo de formalização, malgrado os problemas relacionados à informalidade e a precarização do trabalho presentes no mercado de trabalho brasileiro desde o início do processo de industrialização na década de 1930), com a elevação das taxas de desemprego durante a década de 1990, a informalidade do mundo do trabalho e a deterioração/precarização das condições e relações de trabalho.

A análise da evolução e da dinâmica do mercado de trabalho formal e das relações de trabalho em Presidente Prudente tem como objetivo oferecer subsídios para a compreensão da dinâmica regional e para uma discussão teórica ampla e aprofundada sobre os impactos das transformações estruturais do capitalismo sobre o mercado de trabalho local, em consonância com as políticas adotadas em âmbito federal e estadual a partir da década de 1990 e com o processo de reestruturação capitalista das últimas décadas.

2. Crise do fordismo e reestruturação capitalista: as transformações no mundo do trabalho no Brasil e no mundo

No início da década de 1970, o modelo de desenvolvimento fordista, gestado durante a Segunda Revolução Industrial e tendo como características fundamentais, segundo Lipietz e Leborgne (1988) um paradigma tecnológico, um padrão de consumo e de relações salariais determinadas, entrou em crise, devido principalmente a queda da lucratividade e da acumulação/reprodução de capital.

No âmago desse processo, questionou-se o pacto de classes forjado durante os anos dourados do capitalismo, responsável pelo redirecionamento das relações capital/trabalho favorecendo os trabalhadores, engendrando também políticas de “pleno emprego” e a formação de *Welfare States*, com o Estado orientando e controlando o crescimento econômico, estruturando nesse período, nos países capitalistas avançados, um mercado de trabalho “menos heterogêneo, com pouca diferenciação salarial, baixo desemprego e maior estabilidade nos contratos de trabalho” (POCHMANN, 1999, p. 33).

Como expressão da ruptura do pacto de classes e da mediação do Estado na resolução das contradições inerentes ao funcionamento da economia capitalista, foi colocado em curso um processo de reestruturação, direcionado contra o trabalho organizado (com consequências negativas para os trabalhadores), culminando na crise do mundo do trabalho. Essas transformações estruturais do modelo de desenvolvimento estão expressas na globalização/mundialização econômica e financeira, na retomada e fortalecimento de políticas neoliberais de controle do Estado e de liberalização/desregulamentação dos mercados e na Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, determinando o redimensionamento do processo produtivo e a reorganização do trabalho na produção, como mudanças concomitantes e complementares do capitalismo em seu processo de reestruturação.

Nesse sentido, Singer (1998), analisando a globalização econômica, afirma que esse fenômeno remonta aos primórdios do desenvolvimento do modo capitalista de produção, sendo que desde o início “o capitalismo industrial tendeu a superar os limites do Estado-nação” (SINGER, 1998, p. 19). Este processo histórico foi interrompido com o advento da Primeira Guerra Mundial, com a Depressão dos anos de 1930 e com o conflito da Segunda Guerra Mundial, sendo retomado na Conferência de *Bretton Woods*, em 1944, com o redirecionamento das políticas econômicas para a desregulamentação dos mercados e da livre-concorrência como regra fundamental das relações entre os países num contexto de retomada da globalização em bases mais financeiras do que produtivas.

Para o autor, a globalização provoca desemprego estrutural pela substituição de produtos nacionais por importados, com o conseqüente fechamento de postos de trabalho. Em contrapartida, novos postos de trabalho estariam sendo abertos e preenchidos por trabalhadores desqualificados, empregados em tempo parcial e com diminuição dos rendimentos.

Desse modo, a globalização seria responsável pela deterioração e precarização do trabalho, mais do que pela redução dos níveis gerais de empregos. A despeito disso, faz-se necessário ressaltar que é inegável que quando colocada na perspectiva de países em desenvolvimento, expostos a concorrência com produtos e serviços estrangeiros mais baratos, com maior grau de produtividade, o efeito sobre o mercado de trabalho é

tanto quantitativo (redução de postos de trabalho e aumento do desemprego) quanto qualitativo (deterioração e precarização das relações de trabalho), como observado no Brasil ao longo da década de 1990, com a elevação das taxas de desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho, no bojo da abertura econômica e financeira indiscriminada, conforme os preceitos neoliberais amplamente aplicados desde a presidência de Fernando Collor de Mello, no início da década de 1990.

Outro autor que analisa a constituição de uma economia global nos tempos recentes, Santos (2001) afirma que a globalização se configura pela articulação da unicidade técnica do capital (através da interligação dos diversos sistemas técnicos, conduzida pela técnica da informação), da convergência dos momentos (o acontecimento se torna simultâneo e a informação e o conhecimento dos fatos em qualquer parte do mundo se tornam instantâneos, através da técnica), na formação do motor único (a mais-valia se torna mundializada, através do meio técnico-científico-informacional) e na cognoscibilidade do planeta (o conhecimento de todo o planeta). Essas dimensões da globalização, apresentada então como processo, são interligadas e concomitantes, diferindo o atual período de outros através dessas características articuladas.

Santos (2001), colocando em evidência a globalização perversa (que estaria sendo encoberta pela globalização enquanto fábula, através da propagação de mitos, tais como o enfraquecimento do Estado e a afirmação das ideias da formação de uma aldeia global), prega outra globalização, afirmando que nesse movimento atual “a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes” (SANTOS, 2001, p. 19).

Em uma análise crítica sobre a globalização, Chesnais (1996) defende que o emprego dos conceitos “global” e “globalização”, servem para divulgar os ideais de um mundo sem fronteiras, da liberalização e desregulamentação dos mercados, da liberdade de movimento às empresas e a submissão da vida social à valorização do capital, como instrumentos de saída da crise econômica e uma maior igualdade de competição entre os países no mercado internacional, apresentando-os como termos carregados de ideologia.

O autor sublinha que a divulgação e a consolidação do termo globalização tem encoberto o fato de que as estratégias das grandes empresas e dos grandes grupos oligopolistas em busca de maior lucratividade, geram exclusão e marginalização dos países em desenvolvimento, além do distanciamento entre ricos e pobres, decorrente da ascensão do capital monetário ou da financeirização da economia mundial.

Nesse contexto, o autor prega o uso dos termos “mundial” e “mundialização” para destacar que a mundialização em curso “deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas” (CHESNAIS, 1996, p. 32), considerando também que a mundialização do capital não deve ser entendida apenas no tocante a análise das atividades dos grupos empresariais e aos fluxos comerciais desencadeados por esses grupos, mas também a globalização financeira, através da ascensão do capital financeiro que acentuou a diminuição no horizonte temporal da valorização do capital.

No que tange ao mundo do trabalho, o movimento de mundialização do capital está destruindo uma relativa integração ensejada nos “anos dourados” do capitalismo, resultando para o capital, na exploração a seu bel-prazer de diferenças de remuneração do trabalho entre diversas regiões, entre diferentes países e mesmo entre continentes, pois “a liberalização do comércio exterior e dos movimentos de capitais, permitiram impor, às classes operárias dos países capitalistas avançados, a flexibilização do trabalho e o rebaixamento dos salários”. (CHESNAIS, 1996, p. 40), isto é, esse movimento do capital tem levado a crise e a desestruturação do mundo do trabalho, com a perda de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, principalmente ao longo da década de 1990, no bojo da hegemonia do neoliberalismo tido mesmo como a própria ideologia da globalização/mundialização do capitalismo contemporâneo.

As políticas neoliberais, concebidas nos anos de 1940 e de 1960 pelos pensadores Friedrich von Hayek e Milton Friedman, caracterizam-se fundamentalmente pela defesa da restrição à participação do Estado na economia e pelo questionamento dos sistemas de proteção social baseados em políticas keynesianas, pregando a reorientação das políticas econômicas para a desregulamentação e a flexibilização das relações e condições de trabalho. Segundo Anderson (1995, p. 15), um dos postulados do ideário neoliberal apontava para “o crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente”. Com isso, “a taxa média de desemprego nos países da OCDE, que havia ficado em torno de 4% nos anos 70, pelo menos duplicou na década de 80”.

Para Brunhoff (1991, p. 40), no auge das práticas neoliberais, ao Estado caberia a neutralidade econômica, devendo “limitar-se a fazer respeitar regras muito gerais do jogo, garantindo a ordem social e a segurança da propriedade, pano de fundo do livre funcionamento dos mercados”. Por conseguinte, postulou-

se contra a ação do Estado, dos sindicatos e do gasto social, reorientando o pensamento político-econômico para a livre-concorrência como regra básica das relações sociais e para a efetivação das condições favoráveis para o aumento da lucratividade e da acumulação de mais-valia, com as ações sendo voltadas para a restauração de um livre mercado de trabalho, regido efetivamente por leis do mercado, aumentando o poder das empresas de demitir quando e como quiser, ou seja, instituiu-se na prática a flexibilização das condições e relações de trabalho, determinando a precarização e deterioração do mundo do trabalho.

Em suma, segundo o postulado neoliberal, a saída para a crise do mundo do trabalho está na própria capacidade de recolocação profissional dos trabalhadores, sendo eles próprios responsáveis pelo desemprego e não o modelo de desenvolvimento adotado, apontando, dessa forma, para a desregulamentação do mercado de trabalho, a flexibilização das condições e relações de trabalho e a manutenção de taxas de desemprego como naturais e inerentes ao funcionamento do modo capitalista de produção e a eficácia de qualquer mercado auto-regulável.

A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, constituindo-se como outro elemento do processo de reestruturação capitalista, caracteriza-se pela configuração de um novo paradigma tecnológico permeado pelo complexo eletrônico e por tecnologias da informação, cujo maior impacto sobre o mercado de trabalho é a substituição do trabalho humano pelo uso intensivo do computador ou, segundo Singer (1998, p. 17), pela “crescente transferência de uma série de operações das mãos de funcionários que atendem o público para o próprio usuário”. No entanto, deve-se salientar que a Terceira Revolução Industrial ainda está em curso e se mostra incompleta em sua base energética e de transportes, mas com efeitos reestruturantes em diversos setores industriais e no mundo do trabalho, apresentando também o desenvolvimento de novos setores da economia, tais como a biotecnologia, a engenharia genética, a informática e a automação industrial.

No que diz respeito aos impactos das revoluções industriais sobre as relações de trabalho, Pochmann (1999), afirma que em todas as revoluções tecnológicas constatou-se a reestruturação das empresas e a eliminação de empregos, porém com diferenças significativas no redimensionamento do processo produtivo e na reorganização do trabalho, sendo que na atual fase de transformação do paradigma técnico-produtivo, observa-se a perda significativa do setor primário da economia e da redução relativa do setor industrial (apresentando, em alguns países, também a diminuição absoluta do contingente de trabalhadores empregados nesse setor de atividade econômica). Em contrapartida, o setor de serviços “apesar de ampliar a sua participação na estrutura ocupacional, mostra-se incapaz de ampliar os postos de trabalho proporcionalmente à queda nos outros setores devido aos efeitos racionalizadores das novas tecnologias, que também passam a atingi-lo” (POCHMANN, 1999, p 34).

O uso de novas tecnologias no processo produtivo aponta paradoxalmente, por um lado, para a deterioração das relações e condições de trabalho, com o aumento do trabalho parcial (*part time*) em detrimento do emprego em tempo integral (*full time*), do trabalho temporário, por tempo determinado, da informalização do trabalho, da manutenção de altas taxas de desemprego e da insegurança do mundo do trabalho. Por outro lado, há a maior exigência de trabalhadores polivalentes, criativos e flexíveis às mudanças do processo produtivo tornado dinâmico e instável.

As novas tecnologias forjaram também a ruptura com os padrões rígidos da produção fordista, dando lugar a uma nova forma de gestão da produção, denominada *just in time* (gestão por fluxos), definida por uma maior flexibilidade e adaptabilidade às oscilações da demanda, em substituição à gestão por estoques do fordismo, denominado *just in case*. Essa adaptação às oscilações do mercado é possibilitada pela flexibilidade dos novos equipamentos auto-programáveis e pela despadronização das máquinas (COUTINHO, 1992), direcionando o processo produtivo também para a produção diversificada de vários produtos, ao invés de uma linha de montagem de um único produto em uma economia de escala.

Em síntese, todas essas transformações estruturais do capitalismo, concomitantes e complementares, estão em consonância com a retomada da acumulação de capital e apontam para a crise do mundo do trabalho, com a precarização das condições e relações de trabalho e a exclusão de milhares de trabalhadores do processo produtivo, através do desemprego.

A inserção passiva e subordinada do Brasil nesse processo de reestruturação do capitalismo, representou uma ruptura com o padrão de crescimento econômico configurado a partir da década de 1920 em bases industriais e com o processo histórico de formalização das relações de trabalho iniciada na década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas. Dessa forma, o modelo de industrialização nacional apontava para a estruturação do mercado de trabalho em torno da evolução dos empregos formais e regulares e do aumento do setor organizado da ocupação, assim como para a redução das ocupações sem registro em carteira e sem remuneração assalariada, sem, todavia representar a homogeneização das relações de trabalho no Brasil, em consequência da permanência dos “problemas tradicionais do mercado de trabalho em economias

subdesenvolvidas, tais como a informalidade, subemprego, baixos salários e desigualdades de rendimentos” (POCHMANN, 1999, p. 70).

As transformações do modelo de desenvolvimento brasileiro ocorreram num contexto político-conjuntural de vitória eleitoral de Fernando Collor de Melo, no início da década de 1990, com o desencadeamento de um conjunto de medidas econômicas liberalizantes para dar conta da crise econômica dos anos de 1980 (quando se tentou, sem sucesso, um ajuste pelo viés da modificação do nível de remuneração do trabalhador, já representando sinais de precarização do trabalho e do aumento dos índices de desemprego). Essas medidas foram permeadas pela adoção de um programa de liberação comercial, desregulação financeira e encolhimento do setor público (privatização, fechamento de empresas e demissão de funcionários públicos) “combinado com políticas econômicas recessivas, representando a destruição dos postos de trabalho, que contabilizou o corte de 2,2 milhões de postos regulares somente nos anos 1990/92 em todo o país” (POCHMANN, 1999, p. 88).

Como consequência da substituição de bens industriais produzidos internamente por produtos importados, verificou-se a retração do setor industrial, com o desmonte do parque industrial nacional e a redução dos estoques de empregos formais e regulares e o aumento do setor terciário da economia sem, no entanto, suprir em qualidade e em quantidade os empregos eliminados no setor industrial, representando o aprofundamento da desestruturação do mercado de trabalho brasileiro.

As políticas neoliberais no Brasil se caracterizaram também pela privatização ou concessão de empresas públicas ao capital privado, pela adoção de políticas públicas de ajuste fiscal e pela redução do papel do Estado na economia e, sobretudo, pela precarização das condições e relações de trabalho e pelo aumento dos índices de desemprego, com a desestruturação do mercado de trabalho formal, que ao longo dos anos de 1990, sofreu uma retração “de 3,3 milhões de postos de trabalho na economia brasileira, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados do Ministério do Trabalho” (MATTOSO, 2000, p. 18).

As políticas neoliberais implementadas no Governo Collor, por um lado, determinaram um cenário econômico nacional caracterizado pela recessão econômica, pelo crescente desemprego na indústria e pelo predomínio da racionalização predatória de custos nas empresas, notadamente através da redução de custos com a mão-de-obra empregada. Por outro lado, nesse período criaram-se as condições macroeconômicas para o sucesso do plano de estabilização monetária do Governo Fernando Henrique Cardoso e para a consolidação do processo de reestruturação do capitalismo no Brasil (POCHMANN, 1999).

Assim, com a implantação do Plano Real, em 1994, no início do primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso, as transformações neoliberais foram aprofundadas através da intensificação da abertura comercial e financeira e da reforma do Estado, representada pelas privatizações, concessões públicas ao capital privado e pelas reformas institucionais, tais como a Reforma da Previdência Social e a Reforma Administrativa, assim como uma política de sobrevalorização cambial e de altas taxas de juros para atrair o capital financeiro. Ressalte-se que o movimento de reestruturação capitalista no Brasil tem sido permeado por um baixo crescimento do PIB, pelo endividamento público (que saltou de 29% do PIB brasileiro em 1994, para mais de 50% em 2006) e pela ausência de políticas públicas de crescimento econômico (MATTOSO, 2000).

No contexto da hegemonia do neoliberalismo na economia nacional, observa-se a exacerbação do processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, com a “explosão” das taxas de desemprego (sem precedentes na história do país), a precarização das condições e relações de trabalho, mudanças na estrutura do emprego formal e o aumento da informalidade, como estratégia de sobrevivência dos trabalhadores desempregados.

O processo de desestruturação do mercado de trabalho ao longo da década de 1990 e parte da década de 1980 (associado às oscilações da economia nacional, tendo como característica básica a estagnação do processo de geração de empregos com carteira assinada), deixou marcas profundas na estrutura social do país, aprofundando os problemas sociais históricos: bastou pouco mais de uma década para se destruir toda uma história de estruturação e formalização das relações de trabalho no Brasil, constituindo-se um cenário caracterizado pela explosão do desemprego em massa e pela informalização das relações de trabalho, além do surgimento de formas precárias de ocupação e da ampliação das desigualdades de rendimento entre os trabalhadores, mesmo diante da recuperação do assalariamento formal verificado nos dois últimos anos do segundo governo Fernando Henrique Cardoso.

Com a formação de um governo de base “popular”, comandado pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, constituiu-se um conjunto de propostas de investimentos na área social, articuladas a manutenção do controle inflacionário e do plano de estabilização monetária do governo anterior. Com isso, tornou-se possível identificar um processo caracterizado por continuidades e descontinuidades no novo governo.

Descontinuidades, já que houve modificações significativas na condução da política externa e na área de comércio exterior, com a busca de novos parceiros comerciais (Índia, África do Sul e China), o fortalecimento do Mercosul e a exigência de abertura comercial dos mercados agrícolas dos países desenvolvidos como salvaguarda para uma maior abertura da economia brasileira para os produtos manufaturados das economias avançadas, principalmente da União Europeia.

Com relação à condução da política interna, o novo governo direcionou esforços para a implementação de medidas de cunho social, tais como as políticas sociais de combate à pobreza (o Programa Fome Zero) e a ampliação do Programa Bolsa Família para todo o país. Também, verificou-se a formulação de uma política de não-privatização do aparato estatal (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobrás) e de recuperação do serviço público, com a realização de concursos para suprir as carências de servidores públicos em diversas áreas do governo federal.

Porém, o novo governo caracterizou-se também pelas continuidades na condução da política econômica, com a manutenção e aprofundamento das políticas de estímulo às exportações, através da forte desvalorização cambial, da manutenção de taxas de juros elevadas (mesmo com o movimento gradual de queda dos juros básicos da economia, os juros reais permanecem os mais altos do mundo) e de metas inflacionárias anuais, como forma de manter a estabilização monetária da economia brasileira (SOARES, 2004).

A manutenção do superávit primário em torno de 4,25% do PIB, por sua vez, constituiu-se um elemento imprescindível da política econômica do governo do presidente Lula, assegurando o pagamento dos juros da dívida pública brasileira e apontando para um cenário de baixo crescimento econômico, com pouco investimento em infraestrutura (modernização dos portos, aeroportos, reativação da malha ferroviária nacional e recuperação da malha rodoviária federal).

Portanto, o Governo Lula tem se caracterizado como um governo contraditório, apresentando um polo de poder mais ligado a elaboração e aplicação de políticas de cunho social e outro polo de poder (hegemônico e dominante na condução das políticas mais significativas do governo) articulado ao sistema financeiro internacional, promovendo a manutenção da política macroeconômica ditada pelo mercado e pelos institutos financeiros internacionais sediados em Washington (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e inaugurada pela implementação do Plano Real em 1994 (SOARES, 2004).

Esse processo político contraditório e ambíguo levou Soares (2004) a caracterizar o governo Lula como neoliberal, através da “combinação de uma política econômica de interesse da oligarquia financeira com os programas sociais do núcleo petista do governo” (SOARES, 2004, p. 12), direcionando fundamentalmente as ações políticas para um neoliberalismo com assistência social.

No bojo da manutenção de políticas macroeconômicas ditadas pelo mercado e emanadas das instituições financeiras internacionais, permanecem os problemas históricos do mercado de trabalho brasileiro, com a manutenção de taxas de desemprego elevadas, a informalidade do trabalho para amplas camadas de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal e a precarização das condições e relações de trabalho.

Também se observa a instabilidade e a precariedade do emprego formal, através das altas taxas de rotatividade da mão-de-obra empregada (cerca de 30%, segundo informações da RAIS/2005, do Ministério do Trabalho e Emprego) e o aumento das formas atípicas de trabalho, além de mudanças na estrutura do emprego formal, com a feminização do mercado de trabalho (as mulheres correspondem a 56% da mão-de-obra empregada, segundo o IBGE), a diminuição dos rendimentos dos trabalhadores, a segmentação etária do trabalho (as ocupações para os trabalhadores entre 30 e 49 anos de idade crescem mais do que as ocupações para os jovens), a terceirização e subcontratação de trabalhadores pelas grandes empresas e a continuidade do processo histórico de desigualdade de rendimentos entre os trabalhadores, no tocante as relações de gênero e as diferenças de níveis de escolaridade, com os homens recebendo cerca de R\$ 1.111,43 a mais do que as mulheres ou uma diferença de rendimentos entre os sexos de 35%, no nível superior de escolaridade, segundo informações da RAIS/2005 do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal.

Assim sendo, verifica-se a manutenção do processo de desestruturação do mundo do trabalho no Brasil, mesmo com a recuperação do emprego formal dos últimos anos, nos estertores de um governo contraditório e da continuidade da aplicação do receituário neoliberal capitaneado pelo mercado e pelas instituições financeiras internacionais, sob o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

3. Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal de Presidente Prudente: subsídios para uma análise crítica do mercado de trabalho local e regional

A economia prudentina, num cenário de estagnação das atividades industriais a partir da década de 1990, com o fechamento de muitas empresas associadas ao beneficiamento de matérias-primas advindas da pecuária de corte (considerada então a principal atividade econômica local e regional desde a década de 1970, com a substituição das atividades agrícolas tradicionais pela pecuária), tais como os frigoríficos Bordon e Montalvão e a unidade alimentícia da CICA, por exemplo, acompanhou o processo de desestruturação do mercado de trabalho nacional, permeado pela adoção e hegemonia dos preceitos neoliberais ao longo da década de 1990.

Dessa forma, no que tange a evolução e a dinâmica do mercado de trabalho formal, a economia local passou a sentir as transformações na economia nacional e estadual, apresentando redução de postos de trabalho em todos os setores de atividade econômica, notadamente a partir do ano de 1996, seguindo uma trajetória de redução do estoque de empregos formais desde o início da década.

Tabela 1: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica em Presidente Prudente – 1996/1998.

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out. Ign	Totais
Admitidos	5.974	13.405	15.113	7.789	271	284	42.836
Desligados	6.755	14.688	16.175	9.481	394	529	48.022
Total	-781	-1.283	-1.062	-1.692	-123	-245	-5.186
Estoque 31/12/1998	7.079	10.208	26.055	3.037	623	01	47.003
Variação relativa	- 9,9%	- 11,1%	- 3,9%	-35,7%	- 16,4%	-	- 9,9%

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1996 – 1998.

Elaboração e organização do autor.

Acompanhando uma tendência nacional de redução do estoque de empregos formais, observou-se a eliminação de postos de trabalho em todos os setores de atividade econômica, com a construção civil apresentando o pior desempenho, com o fechamento de 1.692 postos de trabalho, seguida do setor de comércio (menos 1.283 empregos formais no estoque) e do setor de serviços (eliminação de 1.062 vagas no período). A indústria apresentou uma variação negativa de 781 empregos formais, sendo que no total notou-se uma variação negativa de 5.186 empregos formais no estoque total.

O comportamento negativo do mercado de trabalho formal em Presidente Prudente deve ser entendido num contexto mais amplo de transformações econômico/produtivas da economia brasileira ao longo da década de 1990, tendo como referencial as mudanças ocorridas tanto no plano nacional e estadual, quanto no plano municipal.

No plano nacional, o fechamento de empresas em função da abertura comercial e a forte concorrência com produtos importados, resultaram na eliminação de aproximadamente 3,3 milhões de postos de trabalho, sendo 1,8 milhão somente durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (MATTOSO, 2000). A política de juros altos e de câmbio sobrevalorizado para atrair o capital internacional, além de baratear os produtos estrangeiros acabava por coibir o investimento na esfera produtiva, com o Produto Interno Bruto (PIB) apresentando taxas medíocres de crescimento, representando também a redução na geração de empregos formais e a redução dos postos de trabalho.

A adoção de um conjunto de políticas de cunho neoliberal alterou as bases e as estruturas do Estado brasileiro, que perdeu a capacidade de investimento e de gestão da economia, tendo também como resultado da implementação dessas políticas de liberdade irrestrita para o mercado, a predominância da esfera financeira sobre a produção e a geração de emprego e renda (DEDECCA; BRANDÃO, 1993).

No plano estadual, a ausência de uma política de desenvolvimento econômico para o interior do Estado de São Paulo e o processo de “reconcentração” das atividades industriais em torno da Região Metropolitana de São Paulo, particularmente dos municípios de São Bernardo do Campo, São Caetano e Guarulhos, dificultou o processo de desenvolvimento de Presidente Prudente e região, provocando até mesmo um esvaziamento produtivo com a transferência de unidades industriais para outras áreas do Estado e para outros Estados da federação, como é o caso do Bordon que foi transferido primeiro para Presidente Epitácio e posteriormente para o estado do Mato Grosso do Sul, atraído pelos incentivos fiscais oferecidos por aquela unidade da federação.

A recusa por parte do governo do Estado de São Paulo de participar da chamada “Guerra Fiscal” para atrair investimentos produtivos e empresas do setor industrial³, também levou a exacerbação do processo de transferência de unidades industriais, prejudicando a economia local, que passou a ter uma participação muito pequena na produção de riqueza do Estado de São Paulo desde então, se igualando ao Vale do Ribeira em termos de desempenho econômico recentemente: Presidente Prudente tem uma participação bastante restrita no PIB do Estado, representando apenas 0,25% da riqueza produzida, com a região acompanhando essa tendência, com uma participação de apenas 1,01 % do PIB estadual (IBGE/ SEADE, 2007).

No que tange a evolução e a dinâmica do emprego formal no Estado de São Paulo, também se observou uma variação negativa em todos os setores de atividade econômica, acompanhando a tendência nacional da redução ampla de postos de trabalho com carteira assinada, sendo que o setor industrial foi responsável por 71,4% dos empregos formais eliminados no período compreendido entre janeiro de 1996 a dezembro de 1998, perfazendo um total de 340.080 postos de trabalho a menos no estoque total do Estado no período analisado.

No plano municipal, tendo como característica a estagnação econômico/produtiva, principalmente do setor industrial, diante das transformações da economia nacional e estadual e da mudança da base produtiva local, com o fechamento de empresas associadas à industrialização dos derivados do gado bovino e a decadência da produção agrícola, por um lado, constatou-se um processo de esvaziamento produtivo e a redução dos estoques de empregos formais ao longo da década de 1990, com destaque para o período do primeiro governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Por outro lado, a pecuária extensiva não exigia muita mão-de-obra para a realização das atividades ligadas ao setor, sendo extremamente concentradora de renda, além disso, os outros setores de atividade econômica não tinham capacidade para absorver a força de trabalho dispensada das atividades primárias, nem a População Economicamente Ativa que crescia ao longo dos anos, constituindo-se um enorme exército industrial de reserva não só em Presidente Prudente como em toda a 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, com o desemprego crescendo significativamente entre os anos de 1996 e 1998.

Tabela 2: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica na Região de Presidente Prudente 1996/1998.

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out.Ign	Totais
Admitidos	16.171	18.439	21.629	11.791	11.609	446	80.085
Desligados	17.144	19.034	22.184	13.007	10.984	855	83.208
Total	-973	-595	-555	-1.216	625	-409	-3.123
Estoque 31/12/1998	27.019	23.300	40.781	7.002	13.059	62	111.223
Varição relativa	-3,4%	-2,4%	-1,3%	-14,7%	5,0%	-	-2,7%

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1996 – 1998.

Elaboração e organização do autor.

Os conflitos pela posse da terra na região, principalmente no Pontal do Paranapanema, a distância geográfica dos grandes centros consumidores e dos principais portos exportadores, a ausência de infraestrutura para o escoamento da produção, com a malha ferroviária sucateada ao longo dos anos de 1990, a subutilização do transporte fluvial e o transporte aéreo e rodoviário deficiente (poucas rotas e empresas aéreas operando e a necessidade premente de duplicação da Rodovia Raposo Tavares, tida como principal rota rodoviária de acesso à região), dificultam o investimento produtivo na região de Presidente Prudente, bem como o processo de geração de emprego e renda e a recuperação dos estoques de empregos formais eliminados ao longo da década de 1990.

Durante o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, constatou-se uma relativa recuperação do emprego formal em Presidente Prudente com relação aos setores industrial e agropecuário, acrescentando-se 614 postos de trabalho a mais no estoque total de empregos formais no período compreendido entre janeiro de 1999 e dezembro de 2002. Entretanto, esses novos postos de trabalho foram insuficientes para a recuperação do emprego formal no município, diante dos 5.186 empregos eliminados no

³ Não se defende a Guerra Fiscal neste trabalho, apenas constata-se a adoção deste instrumento para atrair investimentos produtivos na atual conjuntura econômica brasileira, num cenário de ausência de políticas de desenvolvimento econômico regional.

período entre janeiro de 1996 e dezembro de 1998 e, da incorporação de jovens aptos para o trabalho na População Economicamente Ativa ao longo da década de 1990.

Tabela 3: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica em Presidente Prudente – 1999/2002.

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out.Ign	Totais
Admitidos	12.284	18.103	18.019	8.197	1.247	19	57.869
Desligados	10.419	18.261	18.330	9.215	977	53	57.255
Total	1.865	-158	-311	-1.018	270	-34	614
Estoque 31/12//2002	8.944	10.050	25.744	2.019	893	-33	47.617
Variação relativa	26,3%	- 1,5%	- 1,1%	- 33,5%	43,3%	-	1,3%

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1999 – 2002.

Elaboração e organização do autor.

A economia local, de certa forma, seguiu a tendência de recuperação do emprego formal iniciada na segunda metade do segundo governo Fernando Henrique Cardoso, quando o estoque de empregos formais teve um acréscimo de 2,2 milhões de postos de trabalho ou uma variação relativa positiva de 11%. Porém, enquanto o emprego formal cresceu em todos os setores de atividade econômica em nível nacional, em Presidente Prudente apenas o setor agropecuário e o setor industrial apresentaram uma variação positiva nos seus respectivos estoques de empregos formais.

Essa tendência de recuperação do emprego formal na economia brasileira foi resultado das mudanças na política econômica do governo federal, principalmente no regime cambial a partir de 1999, com a desvalorização do real frente ao dólar, que provocou alterações na dinâmica do comércio exterior, visando à geração de saldos comerciais para o pagamento da dívida externa, num contexto de crise de liquidez internacional e de fuga de capitais, com a adoção de um conjunto de regras monetárias direcionadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Segundo Delgado (2005), os setores exportadores associados ao agronegócio foram beneficiados por esse processo e a agricultura alavancou a recuperação da economia brasileira e a geração de empregos formais a partir do ano 2000, mantendo-se, no entanto, as elevadas taxas de desemprego a e a informalização do trabalho.

Com relação ao Estado de São Paulo, notou-se uma tendência de recuperação do emprego formal no setor industrial, do comércio e dos serviços e uma redução de postos de trabalho na construção civil e na agropecuária, num total de 513.965 empregos formais a mais no estoque total do Estado no período compreendido entre janeiro de 1999 a dezembro de 2002. Cumpre frisar que os setores de serviços e de comércio foram responsáveis por 98,3% dos postos de trabalho formais criados no período

No bojo da transformação das estruturas do Estado brasileiro para atender aos interesses exclusivamente do mercado (as privatizações e concessões de empresas públicas são um bom exemplo disso), o governo do Estado de São Paulo tem agido para beneficiar algumas regiões com investimentos produtivos, através do redirecionamento das atividades industriais em detrimento de outras regiões, que ficam relegadas ao segundo plano e são depositárias dos problemas do Estado.

Dessa maneira, a economia regional não se beneficiou a contento desse processo de recuperação parcial da economia nacional e estadual, apresentando uma variação positiva pouco significativa nos estoques de empregos formais por grandes setores de atividade econômica, com um acréscimo de apenas 914 empregos formais no estoque total entre janeiro de 1999 e dezembro de 2002 ou uma variação relativa de apenas 0,8%. O saldo pouco significativo foi influenciado pela variação negativa da construção civil (redução de 2.278 postos de trabalho) e da agropecuária (menos 983 empregos formais no período), em relação ao estoque total de empregos formais no período analisado,

Tabela 4: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica na Região de Presidente Prudente – 1999/2002.

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out.Ign	Totais
Admitidos	35.343	40.330	41.906	14.768	28.586	107	161.040
Desligados	34.907	39.715	38.687	17.046	29.569	202	160.126
Total	436	615	3.219	-2.278	-983	-95	914
Estoque 31/12/1998	27.455	23.915	44.000	4.724	12.076	-33	112.137
Variação relativa	1,6%	2,6%	7,8%	-32,5%	-7,5%	-	0,8%

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1999 – 2002.
Elaboração e organização do autor.

Torna-se pertinente salientar que Presidente Prudente é responsável por aproximadamente 42,4% do estoque total de empregos formais da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, que é composta por 53 municípios. Em outras palavras, esses dados confirmam a influência regional exercida pela cidade, que também é um centro regional de compras, lazer, negócios, saúde e estudos, concentrando universidades (UNOESTE, TOLEDO, UNESP e UNIESP), grandes áreas de compras (Hipermercados Carrefour e Super-Muffato), Shoppings Centers (Prudenshopping e Shopping Americanas), entre outros serviços oferecidos tanto a população local quanto a população dos municípios vizinhos.

O período subsequente, representado pelo primeiro mandato do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, teve como característica a continuidade do processo de recuperação do mercado de trabalho formal de Presidente Prudente, com o saldo positivo de 8.452 empregos formais no estoque total, seguindo a tendência nacional de recuperação e geração de postos de trabalho com carteira assinada, num processo de retomada parcial do assalariamento e da formalização das relações de trabalho na economia nacional.

Tabela 5: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica em Presidente Prudente – 2003/2006.

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out.Ign	Totais
Admitidos	24.287	22.207	22.675	8.850	703	33	78.755
Desligados	20.561	19.648	20.703	8.680	711	0	70.303
Total	3.726	2.559	1.972	170	-8	0	8.452
Estoque 31/12/2006	12.670	12.609	27.716	2.189	885	0	56.069
Variação relativa	41,6%	25,4%	7,6%	8,4%	-0,8%	0	17,7%

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 2003 – 2006.
Elaboração e organização do autor.

O mercado de trabalho local seguiu a tendência nacional de retomada parcial do assalariamento, nos estertores das mudanças desencadeadas durante o primeiro governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, com a queda gradativa das taxas básicas de juros da economia e o aprofundamento das políticas de estímulo às exportações, tem como baluarte o agronegócio voltado para o mercado externo, a desvalorização do real frente ao dólar e a busca incessante por novos parceiros comerciais no mercado internacional (SOARES, 2004).

No Estado de São Paulo, a continuidade de um determinado projeto de poder, com um mesmo partido no comando a mais de 12 anos, tendo como característica principal a livre-iniciativa como fator predominante para o crescimento da economia, dificulta a elaboração de um projeto de desenvolvimento, articulado ao atendimento das demandas e ao desenvolvimento das potencialidades de cada região que compõem a administração estadual. Conquanto, o Estado ter acompanhado o processo de recuperação do assalariamento dos últimos anos, esse movimento tem sido insuficiente em algumas áreas do Estado para aproveitar a contento essa recuperação da economia nacional, com a geração de empregos formais não

possibilitando a absorção dos milhares de trabalhadores que ingressam na PEA todos os anos ou de recuperar os postos de trabalho eliminados ao longo da década de 1990. Assim, foram criados 1.614.719 empregos formais no período compreendido entre janeiro de 2003 e dezembro de 2006, com o setor de serviços mais uma vez sendo responsável por 44,1% dos postos de trabalho.

Com relação à dinâmica do mercado de trabalho formal regional, num contexto de mudança da base produtiva, com a substituição da pecuária extensiva e de corte pela monocultura da cana-de-açúcar, a recuperação do assalariamento seguiu a tendência nacional e estadual, com praticamente todos os setores gerando postos de trabalho, com exceção da construção civil, sendo que no estoque total de empregos formais foram acrescentados 23.479 novos postos de trabalho.

Ressalte-se que mais uma vez a característica de centro regional desempenhada pelo Município de Presidente Prudente se torna patente: dos 23.479 empregos criados na 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, 36% deles foram efetivados na economia prudentina, ou seja, 8.452 empregos a mais no estoque total da região foram criados em Presidente Prudente no período entre os anos de 2003 e 2006.

Tabela 6: Evolução e dinâmica do emprego formal por grandes setores de atividade econômica na Região de Presidente Prudente – 2003/2006.

	Indústria	Comércio	Serviços	C. Civil	Agrop.	Out.Ign	Totais
Admitidos	70.589	49.354	51.414	14.330	35.996	33	221.716
Desligados	60.411	42.624	45.203	14.888	35.111	0	198.237
Total	10.178	6.730	6.211	-558	885	33	23.479
Estoque 31/12/2006	37.633	30.645	50.211	4.166	12.961	0	135.616
Varição relativa	37,0%	28,1%	14,1%	-11,8%	7,3%	-	20,9%

Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 2003 – 2006.

Elaboração e organização do autor.

Contudo, mesmo com a recuperação do mercado de trabalho formal de Presidente Prudente e da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo verificado nos últimos anos (até meados de 2001, o saldo de empregos formais era negativo em praticamente todos os setores analisados), os postos de trabalho criados não são suficientes para dar cabo da grave crise do emprego que assola não só a economia nacional, mas, particularmente a economia local e regional.

Para uma compreensão mais aprofundada desse processo, deve-se analisar a evolução e a dinâmica do mercado de trabalho em Presidente Prudente em consonância com o crescimento populacional no período de 1996 a 2006 e o ingresso da população jovem apta para o trabalho na PEA ao longo da década analisada para se perceber que ainda é elevado o desemprego e a informalidade no município nos dias atuais.

4. Crescimento populacional, População Economicamente Ativa e o elevado desemprego em Presidente Prudente

Uma análise mais aprofundada dos dados apresentados nas tabelas anteriores, referentes à evolução e à dinâmica do mercado de trabalho formal em Presidente Prudente, com a articulação de informações sobre população total estimada, população economicamente ativa e o estoque total de empregos formais em 2006, aponta para a deterioração do mercado de trabalho e para a continuidade do desemprego para amplos segmentos de trabalhadores.

Antes disso faz-se necessário explicitar qual o entendimento do que vem a ser considerada a População Economicamente Ativa, para se atingir os objetivos relacionados a adoção do conceito neste artigo. Dessa maneira, a PEA abrange todos os indivíduos de um lugar aptos para o trabalho, ou seja, os indivíduos ocupados e desempregados, sendo calculado no Brasil pelo IBGE levando-se em conta a parcela da população a partir dos 10 anos de idade até os indivíduos com 64 anos de idade, apesar de o trabalho infantil ser proibido no país, uma vez que a realidade é bem diferente do que dispõe a legislação trabalhista e social em vigor nos dias atuais em todo o território nacional. A parcela da população situada entre 0 a 10 anos de idade e acima dos 65 anos é considerada pelo IBGE como parte da População Economicamente Inativa (PEI).

Dessa forma, com uma população estimada em 202.789 habitantes no final de 2006 e no início de 2007, segundo dados do IBGE (Contagem da População e Estimativas da População) e uma PEA de 97.489 trabalhadores (com base no Censo de 2000 do IBGE), com um estoque de empregos formais de 56.069

postos de trabalho em dezembro de 2006, o mercado de trabalho de Presidente Prudente contabiliza um total de 41.420 trabalhadores fora do mercado de trabalho formal.

Excetuando-se os trabalhadores do setor estatal, os trabalhadores por conta própria, os trabalhadores domésticos e os empregadores, essas informações **sugerem** que grande parte dos trabalhadores contabilizados anteriormente está inserida de forma precária no mercado de trabalho, através da informalidade e do exercício de atividades sem nenhuma garantia assegurada pela Legislação Trabalhista em vigor no país. Por conseguinte, o desemprego é elevado em Presidente Prudente devido, sobretudo, às características locais e regionais do desenvolvimento econômico.

Calcula-se que pelo menos metade desse contingente de trabalhadores está na condição de desemprego aberto, ou seja, está à procura de emprego e exerce apenas atividades temporárias e por tempo determinado, sem registro em carteira e sem os benefícios da legislação trabalhista, como demonstram as entrevistas com trabalhadores desempregados em busca de um emprego na Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho do Governo do Estado de São Paulo, seção local.

Grande parte dos trabalhadores entrevistados vive de trabalhos temporários e de ocupações precárias, sem garantia de remuneração adequada, fixa e permanente e de continuidade profissional, exercendo as seguintes atividades ocupacionais: diarista e faxineira, vendedor de produtos diversos (lingerie, perfume, bijuteria, calçados, roupa, chinelinhos artesanais, entre outros produtos), manicure e pedicure, chapa na rodovia, empregada doméstica, baba, vigia, segurança, pedreiro e servente de pedreiro, pintor, costureira, cozinheira, garçom e/ou garçonete, promotor de vendas, coleta e venda de produtos recicláveis (papel, papelão, latinha, vidro, garrafa *pet*, materiais plásticos e metais), entre outras ocupações instáveis, precárias e temporárias como forma de sobrevivência num mercado de trabalho altamente excludente e tornado mais competitivo ainda, com o desemprego elevado que assola amplos segmentos de trabalhadores. (Entrevistas de campo realizadas entre setembro e outubro de 2007, como parte das análises da dissertação de mestrado).

Essas ocupações temporárias e precárias, sem registro em carteira, expressam o desenvolvimento de habilidades associadas a aquisição de um trabalho e não mais necessariamente de um emprego formal, por parte dos trabalhadores excluídos do emprego e das relações formais de trabalho, ou seja, o direcionamento de esforços para o exercício da “trabalhabilidade” sob os auspícios do neoliberalismo e da flexibilização das relações de trabalho.

Os 500 trabalhadores desempregados entrevistados ressaltaram a necessidade do emprego com carteira assinada, devido às proteções da legislação trabalhista e a relativa estabilidade no mercado de trabalho formal, tais como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o direito à aposentadoria, as férias e o descanso semanal remunerado, o seguro desemprego, o 13º terceiro salário, a licença remunerada e a licença maternidade por um período de quatro meses (o Congresso Nacional aprovou recentemente a licença maternidade remunerada por um período de seis meses, após a realização das entrevistas).

Isso evidencia que os trabalhadores não estão preparados para lidar com uma possível flexibilização legal dos direitos trabalhistas, mas já convivem com uma flexibilização real e brutal, expressa no elevado desemprego, no exercício de atividades temporárias e precárias, na informalidade do trabalho e na instabilidade no emprego, devido ao enorme contingente de trabalhadores que está fora do mercado de trabalho formal.

O insuficiente processo de geração de empregos formais e o desemprego elevado levam necessariamente à informalidade do trabalho, como forma de sobrevivência para os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal pelo desemprego aberto ou pelo desemprego de longa duração.

A informalidade do trabalho permeada pelos vendedores ambulantes, denominados camelôs, se acentuou no município no início da década de 1990 (GONÇALVES, 2000), como resultado da aplicação das políticas de cunho neoliberal pelo governo do presidente Fernando Collor de Mello, com a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a sobrevalorização cambial e o predomínio das importações subjacentes, que resultou num processo de deterioração e precarização das condições e relações do trabalho, configurando a crise do mundo do trabalho no Brasil, com o desemprego tornando-se crescente e a informalidade do trabalho aumentando desde então.

Cabe aqui uma definição do que vem a ser o trabalho informal, salvaguardando as prerrogativas relacionadas ao termo que abarca várias atividades, tais como o trabalho do autônomo, do empregado nas atividades domésticas, o trabalho assalariado sem registro em carteira ou até mesmo não-remunerado, como o trabalho familiar, o trabalho exercido pelos catadores de materiais recicláveis, entre outras formas assumidas pela informalidade no mercado de trabalho recentemente. O emprego com carteira assinada e com as garantias previstas em lei é o que distingue o trabalho formal do informal, com este último tendo como

características predominantes, a precarização e a instabilidade, além da variabilidade dos rendimentos e do horário de trabalho. (GONÇALVES, 2000).

Na análise da informalidade do trabalho desenvolvida no texto, levar-se-á em consideração somente o trabalho exercido pelos camelôs instalados no camelódromo de Presidente Prudente, abrangendo sua criação e ampliação ao longo do tempo, utilizando-se de dados e informações de pesquisas realizadas por geógrafos sobre a atividade informal no município desde sua criação no início da década de 1990.

Desse modo, na tentativa de solucionar o conflito desencadeado em 1994, entre lojistas e camelôs instalados no centro da cidade, a administração pública municipal criou o camelódromo na Praça da Bandeira, em maio de 1995. No início, o novo local de trabalho para os vendedores ambulantes foi planejado para atender aproximadamente 96 trabalhadores, sendo que a demanda foi maior que a oferta, com os inscritos a uma vaga no camelódromo passando de 200 trabalhadores. (GONÇALVES, 2000).

Com o tempo, o camelódromo foi ampliado, contando atualmente com 240 boxes e um total de aproximadamente 480 trabalhadores informais exercendo atividades de comercialização de mercadorias diversas. Esse número de trabalhadores é aproximado, pois alguns trabalhadores possuem barracas desmontáveis, vendendo eles próprios suas mercadorias ao longo do camelódromo e circulando pelo calçadão nos dias de maior movimentação na área mais central da cidade, como nos sábados e nas épocas de festas, como o natal e o dia das mães.

Inevitável não fazer uma comparação direta e explícita com a eliminação de postos de trabalho verificada ao longo da década de 1990 até meados do ano de 2001 em Presidente Prudente e a insuficiente geração de empregos formais para atender os trabalhadores desempregados e os jovens que passam a fazer parte da População Economicamente Ativa todos os anos: enquanto o desemprego se agravava, aumentava também a procura pela informalidade como forma de sobrevivência para muitos trabalhadores desempregados ou para os trabalhadores jovens que não encontravam emprego com carteira assinada, indo exercer atividades informais, precárias, instáveis, de baixa remuneração e sem a proteção legal que o emprego formal proporciona.

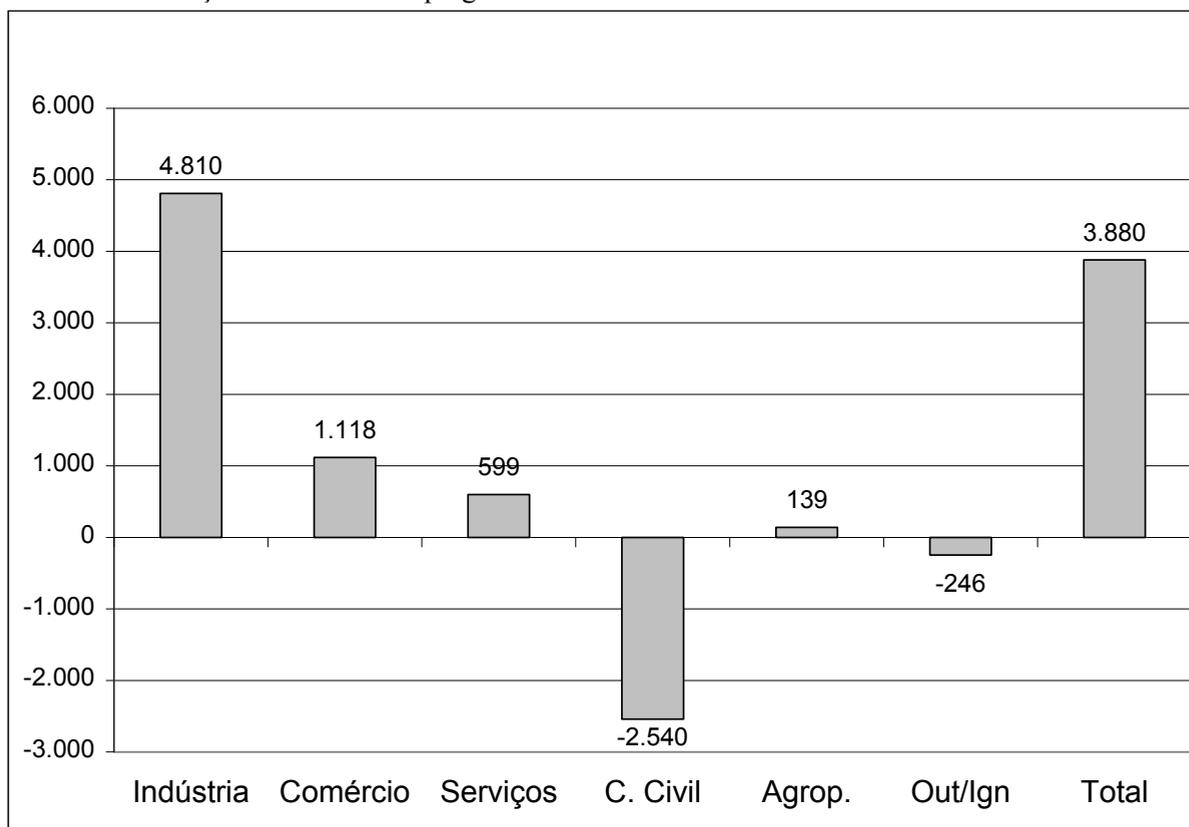
É de suma importância sublinhar, além disso, que no camelódromo ocorre um processo de exacerbação da informalidade, pois outrora os proprietários dos boxes se inseriram informalmente no mercado de trabalho, pela venda e comercialização de mercadorias de natureza diversa, sendo que agora os mesmos trabalhadores informais contratam também informalmente. Em outras palavras, a “precarização da precarização”: o que já era informal se agrava, se torna complexo e de difícil solução, através da manutenção de trabalhadores sem registro em carteira e sem as garantias constitucionais de férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, licença gestante, entre outros direitos previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas brasileiras.

Considerações à parte, dando seqüência à abordagem da insuficiente geração de empregos formais, a análise da população total em relação à população economicamente ativa e ao estoque de empregos formais no ano de 2006 revela o elevado desemprego, a informalidade e a precariedade do trabalho, através do exercício de atividades temporárias e precárias, sem registro em carteira e com remuneração extremamente variável.

A análise do crescimento populacional no período de 1996 a 2006, associado a incorporação da população jovem à PEA e a dinâmica do emprego formal no período, também explicita a insuficiente recuperação do mercado de trabalho formal em Presidente Prudente em pouco mais de uma década,

Dessa forma, a evolução do mercado de trabalho formal em Presidente Prudente aponta para a criação de 3.880 postos de trabalho em pouco mais de uma década (até meados de 2001, o saldo de empregos era negativo em todos os setores de atividade econômica), com a indústria sendo responsável por 4.810 empregos formais e a construção civil apresentando o pior desempenho, com um saldo negativo de 2.540 empregos formais no período compreendido entre janeiro de 1996 e dezembro de 2006. Em termos relativos, constata-se uma variação positiva de 7,4% no estoque inicial de empregos formais (janeiro de 1996), com a indústria também apresentando o melhor desempenho, com um incremento de 61,1% de postos de trabalho sobre o estoque inicial, seguida da agropecuária e do comércio (18,6% e 9,7% a mais no estoque inicial dos setores respectivamente). O pior desempenho se deu na construção civil, com uma variação negativa em torno de 53,7% sobre o estoque inicial do setor.

Gráfico 1: Variação absoluta de empregos formais em Presidente Prudente – 1996/2006.



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1996– 2006.
Elaboração e organização do autor.

Levando-se em consideração apenas o crescimento populacional de 1996 a 2000, constata-se um crescimento demográfico de 11.819 habitantes em Presidente Prudente, partindo-se de uma população de 177.367 habitantes em 1996 para 189.186 habitantes no ano 2000, ou seja, um crescimento relativo de 6,5% da população no município. Com isso, nesse mesmo período, a PEA passou de aproximadamente 92.000 para 97.489 trabalhadores, isto é, um aumento de 5.489 jovens ingressando no mercado de trabalho no período.

Consequentemente, o saldo positivo de empregos formais a partir de 2001 não foi suficiente nem mesmo para inserir os jovens que passaram a fazer parte da população ativa desde 1996 e nem para a recuperação dos postos de trabalho eliminados ao longo da década de 1990 e parte dos anos iniciais do novo século, explicando e reforçando a constatação anterior sobre o elevado nível de desemprego, a informalidade do trabalho e a manutenção de ocupações precárias em Presidente Prudente. Ressalte-se que se na análise levar-se em consideração o aumento populacional verificado entre o ano 2000 e o ano de 2006 (de 189.186 para 202.789 habitantes, apresentando um crescimento demográfico de 13.603 habitantes no período), chegar-se-á a conclusão de que os postos de trabalho criados nos últimos anos não foram suficientes para amenizar e reduzir o elevado desemprego em Presidente Prudente atualmente, não obstante a recuperação do processo de formalização das relações de trabalho verificada a partir de 2001 na economia local e regional.

Nesse contexto, se de um lado constata-se o grave problema do desemprego, da informalização do trabalho e da desestruturação das relações de trabalho para quem está excluído do mercado de trabalho formal, por outro lado, observa-se o permanente processo de instabilidade também para quem está empregado, através da análise da rotatividade da mão-de-obra.

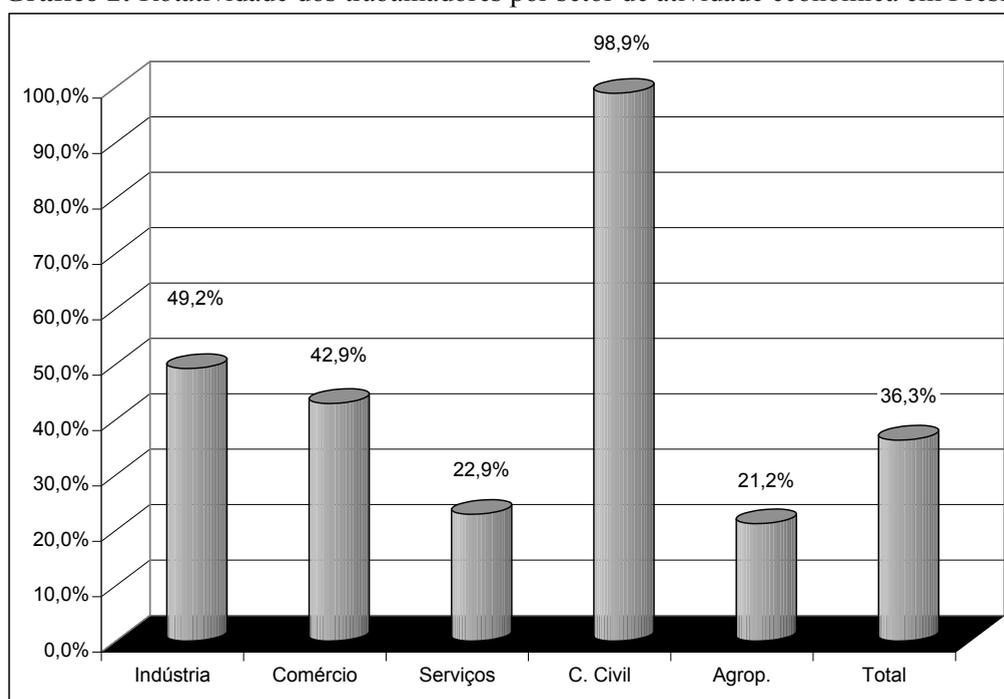
5. Rotatividade e instabilidade no mercado de trabalho formal em Presidente Prudente

A análise da média das admissões e desligamentos realizados no mercado formal de trabalho no ano de 2006 em relação ao estoque total de empregos formais em dezembro do mesmo ano aponta para a instabilidade estabelecida para quem está empregado em Presidente Prudente, através da alta rotatividade da mão-de-obra no setor formal da economia.

Nesse ínterim, para uma média de 20.363 trabalhadores admitidos e desligados no mercado de trabalho formal no ano de 2006, a rotatividade da mão-de-obra representou 36,3% em relação ao estoque total de empregos formais no período (56.069 empregos formais em dezembro de 2006). Esses dados indicam a instabilidade do emprego formal e o aspecto contingente do trabalho, com aproximadamente 36 trabalhadores trocando de emprego ou sendo alijados do mercado de trabalho a cada 12 meses, para cada grupo de 100 trabalhadores empregados.

A construção civil se configura como o setor mais instável da economia, apresentando uma rotatividade de 98,9% em relação ao estoque total do setor em dezembro de 2006, seguida da indústria e do comércio, que apresentaram taxas de rotatividade em torno de 49,2% e 42,9% sobre os estoques dos respectivos setores de atividade econômica em Presidente Prudente.

Gráfico 2: Rotatividade dos trabalhadores por setor de atividade econômica em Presidente Prudente – 2006.



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1996– 2006.
Elaboração e organização do autor.

Essa rotatividade elevada pode ser explicada não só pelo enorme exército de reserva constituído ao longo dos anos e disponível para as empresas a qualquer tempo, como demonstrado anteriormente na análise do desemprego, sempre com salários controlados e com uma exigência de escolaridade que não condiz com a adoção ampla de inovações tecnológicas na linha de produção e nem com a aplicação irrestrita dos novos métodos de gestão da mão-de-obra da acumulação flexível, mas também pela aplicação da legislação referente ao contrato temporário de trabalho, com os trabalhadores sendo contratados por um período determinado, em torno de seis meses a um ano, sem qualquer garantia de estabilidade e de continuidade no emprego.

Em síntese, associado ao desemprego elevado, à informalidade do trabalho e à precarização das condições e relações de trabalho, a instabilidade no emprego tem se configurado como uma característica inexorável do mercado de trabalho formal e de ajuste estrutural do capitalismo na economia local, representando a deterioração do mundo do trabalho, diante da adoção parcial dos novos métodos de organização do trabalho da economia flexível, articulados à permanência do controle taylorista do trabalho e da produção em massa do fordismo e da aplicação do contrato temporário de trabalho, representando a flexibilização parcial para significativos segmentos de trabalhadores em Presidente Prudente nos dias atuais.

6. A concentração dos trabalhadores desempregados nas áreas periféricas de Presidente Prudente

A análise dos mapas disponíveis sobre o desemprego em Presidente Prudente demonstra um contínuo processo de concentração dos trabalhadores desempregados nas áreas periféricas do município no período compreendido entre 1996 e 2006.

Melo (1999), já apontava para a concentração de desempregados nas principais áreas periféricas do município, com destaque para a Zona Leste e a Zona Oeste da cidade, representando 28,2% e 25,6% respectivamente dos desempregados no período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, segundo dados da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho de Presidente Prudente.

Outra pesquisa sobre a exclusão social em Presidente Prudente também indicava a concentração de trabalhadores desempregados nas periferias do município, destacando os bairros Jardim Chácara Marisa, Jardim Sumaré, Jardim Paraíso, Jardim Cambuci (Zona Leste) e o Bairro Brasil Novo (Zona Norte), como os setores censitários de maior concentração de trabalhadores desempregados, com a subjacente exclusão social resultante da segregação sócio-espacial, destacando-se uma relativa progressividade negativa, do centro para as periferias norte e leste do município.

Seguindo a mesma linha de abordagem, as informações provenientes das entrevistas com os 500 trabalhadores desempregados em busca de emprego na Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho, confirmam o processo de concentração dos trabalhadores nas áreas periféricas do município, apontando uma relativa homogeneidade na concentração de trabalhadores desempregados entre as zonas oeste, leste e norte: recentemente a zona oeste da cidade concentra aproximadamente 32,4% dos desempregados, seguida das zonas norte e leste da cidade, representando 28,4% e 28,1% dos trabalhadores desempregados, segundo as entrevistas de campo realizadas entre setembro e outubro de 2007.

Os bairros com a maior concentração de desempregados também estão situados nos extremos das periferias da zona urbana do município: Ana Jacinta e Jardim Vale do Sol (Zona Oeste), Humberto Salvador, Brasil Novo e Jardim Morada do Sol (Zona Norte) e bairros Parque Furquim, Jardim Brasília, Vila Líder e Parque Alvorada (zona leste), conforme dados constantes do mapa a seguir.

Presidente Prudente - SP
Trabalhadores a Procura de Emprego - 2008



Legenda

Trabalhadores a procura de emprego



Fonte de dados

Trabalho de campo
(Setembro a outubro de 2007)

Organizado por

Nildo Aparecido Melo

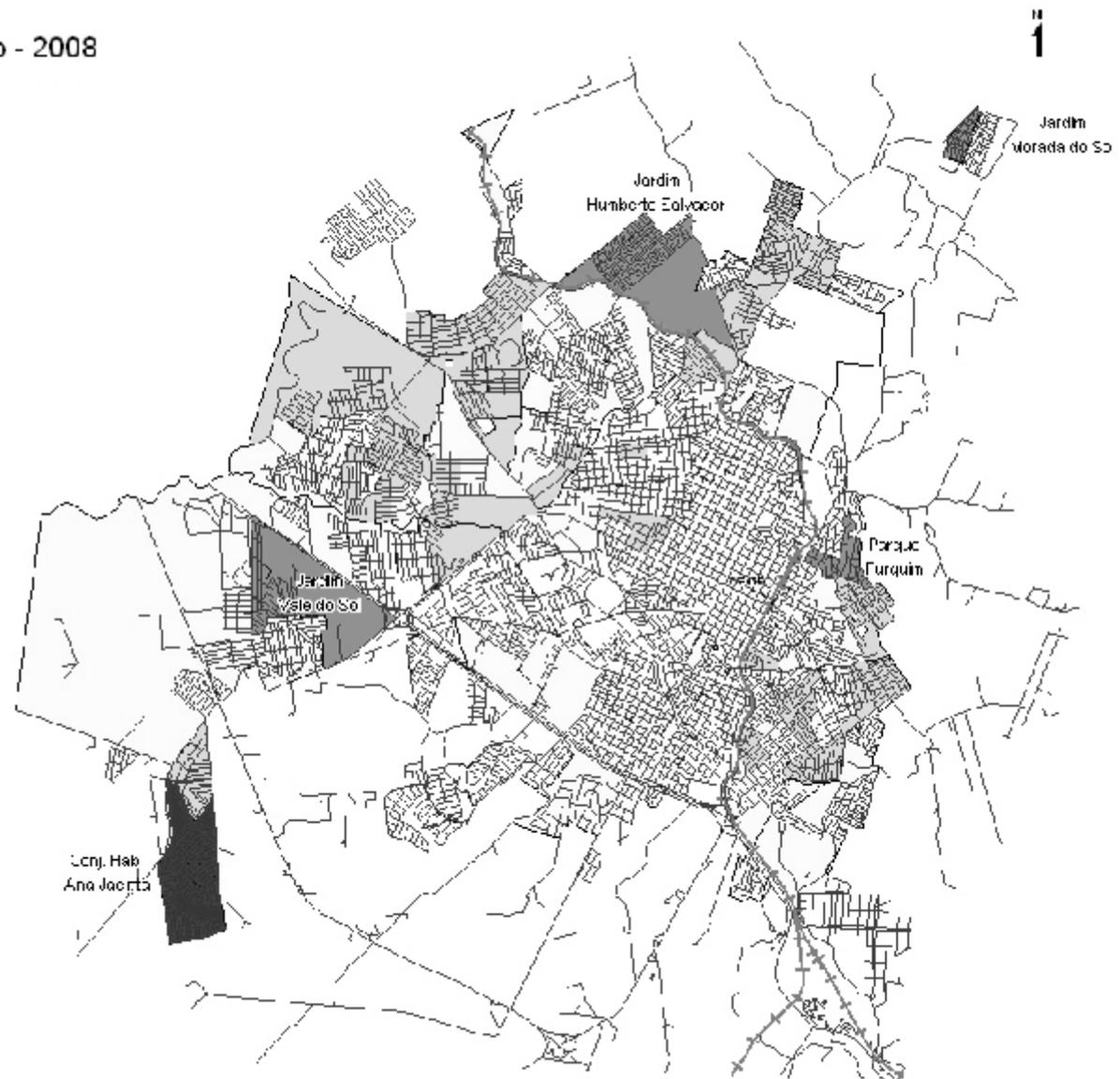
Layout

Oséias Martinuc

Presidente Prudente, 2008

Escala Numérica
1 : 70.000

Escala Gráfica



7. Considerações Finais

Num contexto de crise do mundo do trabalho, engendrada pelo movimento de reestruturação capitalista das últimas décadas e representada pela perda de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora nos países capitalistas avançados (no âmago da hegemonia das políticas neoliberais de liberdade irrestrita do mercado e de desmonte do Estado de Bem-Estar-Social), como no caso do continente europeu, por exemplo, (Itália, Alemanha, Espanha, Inglaterra, entre outros) e pela desestruturação/precarização das condições e relações de trabalho, do desemprego elevado e da informalização do trabalho no Brasil, o mercado de trabalho local também passa por um processo de deterioração do emprego formal e das relações de trabalho.

Portanto, em pouco mais de uma década Presidente Prudente tem se caracterizado pelo contínuo e permanente processo de deterioração do mercado de trabalho formal, representado pelo elevado número de trabalhadores desempregados, pela instabilidade no emprego, através da alta rotatividade da mão-de-obra nos grandes setores de atividade econômica, pela precariedade das ocupações, dada pela associação brutal entre desemprego elevado, alta rotatividade da mão-de-obra e informalidade do trabalho (o trabalho temporário e por tempo determinado e os “bicos”, tem sido uma marca inexorável dos trabalhadores desempregados, como forma de sobrevivência diante das dificuldades de inserção profissional) e pelo processo de concentração dos trabalhadores nos bairros periféricos do município.

Em síntese, espera-se que a pesquisa sobre a evolução e a dinâmica do mercado de trabalho formal e das relações de trabalho em Presidente Prudente, contribua para a compreensão da dinâmica regional sob a perspectiva do trabalho e do emprego formal, suscitando reflexões e alternativas para a superação do problema do desemprego e da precarização das condições e relações de trabalho na economia local, no sentido da retomada do desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda, com melhoria da qualidade de vida da população prudentina e da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo.

8. Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo**, In: Pós neoliberalismo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, pág. 09-23.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Uma Geografia para o século XXI**. Campinas: Papyrus, 1994.
- ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- AZZONI, Carlos R. A lógica da dispersão na indústria no Estado de São Paulo. In: **Estudos Econômicos**. São Paulo: IPE/USP, n. 16, especial, 1986.
- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado – um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- BRASIL/MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – **RAIS e CAGED** – Brasília: Disponível em <<http://www.mte.gov.br>>
- BRUNHOFF, Suzanne de. **A hora do mercado: crítica do liberalismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- CAGED – **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Lei nº. 4.923/65, Módulo I, Janeiro de 1997 à Outubro de 1998, Ministério do Trabalho, 1999.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COUTINHO, Luciano. A Terceira revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Economia e Sociedade**. Campinas: UNICAMP/IE, n. 1, p. 69-87, agosto 1992.
- DEDECCA, C. S.; BRANDÃO, S. M. S. Crise, transformações estruturais e mercado de trabalho, In: **Crise Brasileira: anos 80 e governo Collor**. DESEP INCA: Cajamar/SP, 1993.
- DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: INCRA, 2005.

- DUNDES, Ana Claudia. **O processo de (des)industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente/Sp**, Presidente Prudente, FCT/Unesp, 1998, 288 p. Dissertação (Mestrado em Geografia).
- FUNDAÇÃO IBGE. **Censos Demográficos**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Contagem da população 1996**. Rio de Janeiro: IBGE/Ministério de Planejamento e Orçamento, 1997.
- FUNDAÇÃO SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Pesquisa de Emprego e Desemprego** Disponível em <<http://www.seade.sp.gov.br>>
- GOMES, Maria Terezinha Serafim. **A dinâmica do mercado de trabalho formal: uma análise do setor industrial em Presidente Prudente**. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2001, Dissertação (Mestrado em Geografia).
- GONÇALVES, Marcelino Andrade. **A territorialização do trabalho informal em Presidente Prudente-Sp**. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2000, Dissertação (Mestrado em Geografia).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Emprego (PME)**, Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> acesso em novembro de 2007.
- LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e Debates**, n.º 25, NERU, São Paulo, Ano VIII, 1988.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MATTOSO, J. E. L. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta/Scritta, 1995.
- MATTOSO, J. E. L. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de três milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.
- MELO, Nildo Aparecido de. **Dinâmica do emprego/desemprego e empregabilidade dos trabalhadores do setor privado em Presidente Prudente: contribuição à análise crítica do mercado de trabalho e da relação capital/trabalho na economia local**. Monografia de Bacharelado, Presidente Prudente, UNESP/FCT, 1.999.
- OLIVEIRA, Osvaldo L. A região administrativa de Presidente Prudente. In: **Cenários da urbanização Paulista**. São Paulo: SEADE, p. 71-102, 1992.
- POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.
- POCHMANN, Marcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- SADER, Emir. **A vingança da história**. São Paulo: Boitempo Editora, 2003.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. Os espaços da globalização. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2004.
- SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Pesquisa de Emprego e Desemprego**, Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>
- SERT – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho/Presidente Prudente. **Dados e Informações sobre desemprego**, Janeiro de 1997 à Maio de 1999.
- SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.
- SOARES, Paulo de Tarso P. L. **O pólo dominante de um governo contraditório**. [S.l.: s.n), 2004, Mimeografado.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Presidente Prudente e seu contexto de relações. In: MELAZZO, Everaldo Santos; GUIMARÃES, Raul Borges (Orgs). **Conjuntura Prudente 2002**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2002.